



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA DO SANTO PADRE AO BRASIL

(30 DE JUNHO - 12 DE JULHO DE 1980)

HOMILIA DO PAPA JOÃO PAULO II NA SANTA MISSA DEDICADA AOS TRABALHADORES RURAIS

Recife, 7 de Julho de 1980

*Queridos irmãos e irmãs,
vocês especialmente, camponeses do Nordeste
e, representados por vocês, os camponeses de todo o Brasil*

1. Minha primeira palavra, muito simples mas que responde a um impulso do coração, é de saudação muito cordial a vocês.

Saúdo os que estão aqui, à custa de não sei quantos sacrifícios. Vocês vieram certamente trazidos pela fé e desejosos de ver e escutar o Vigário de Nosso Senhor Jesus Cristo. Este gesto não me surpreende porque sei há muito tempo do grande espírito religioso que é o de vocês.

Saúdo os que não puderam vir apesar do grande desejo. Espero que minha voz possa chegar a eles ao menos pelo rádio.

Por mim teria prazer em cumprimentá-los de um a um, mas vocês compreendem que é totalmente impossível. Fiquem sabendo ao menos, como se eu o dissesse a cada um em particular, que o Papa tem muita consideração por vocês, sabe e aprecia o que vocês fazem, os ama como verdadeiros filhos e está feliz com este encontro.

2. E por que este encontro com camponeses do Nordeste? Primeiro, porque eles desempenham um papel de enorme importância na sociedade brasileira em nossos dias e merecem uma palavra

de estímulo e encorajamento daquele que recebeu a missão de Pastor universal da Igreja. Depois, porque eles enfrentam situações particularmente dolorosas de marginalização - penúria, subalimentação, insalubridade, analfabetismo, insegurança - e precisam daquela palavra de conforto, de esperança e de orientação que um pai deve de modo particular aos filhos mais abandonados e mais provados pela vida. Eu não poderia passar pelo Brasil sem dirigir-lhes estas palavras.

3. Não é segredo para ninguém que o mundo atravessa atualmente uma hora difícil de sua história. Problemas graves golpeiam todos os setores da vida dos povos e das Nações, e, de modo particular, o setor agrícola. Como tive ocasião de dizer por ocasião de minha visita à Sede da Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura, o setor agrícola é um setor “mantido, por um tempo demasiadamente longo, à margem do progresso dos níveis de vida, um setor atingido de maneira particularmente dolorosa pela rápida e profunda mutação sócio-cultural do nosso tempo. Isto põe em evidência as injustiças herdadas do passado; desestabiliza homens, famílias e sociedades, acumula as frustrações e obriga a migrações frequentemente maciças e caóticas”(João Paulo II, *Discurso aos diretores da FAO*, 2; 12 de Novembro de 1979).

Acompanho com infinito interesse os esforços convergentes de todas as boas vontades, e não tenho deixado passar uma ocasião sequer de apoiá-los com a oração, com a palavra, com meu empenho pessoal na esperança de que também no domínio da agricultura, esses esforços cheguem às melhores soluções em vista do bem pessoal de cada homem, no respeito às exigências do bem comum.

As considerações que passo a fazer no quadro deste nosso encontro são ditadas por um só propósito: partindo da missão própria da Igreja e do papel que lhe cabe, refletir quanto possível à luz do magistério desta mesma Igreja no campo social e ajudar assim a “estabelecer a comunidade humana segundo a Lei divina”(cf. *Gaudium et Spes*, 42). Deste modo, com a força do Espírito, que é a única de que dispõe, em pleno respeito à autonomia do domínio temporal mas consciente de suas responsabilidades, a Igreja não quer omitir-se quando se trata de fazer que “a vida humana se torne cada vez mais humana” e de conscientizar “para que tudo aquilo que compõe esta mesma vida corresponda à verdadeira dignidade do homem”(*Redemptor Hominis*, 14).

4. Uma reflexão séria e serena sobre o homem e a convivência humana em sociedade, iluminada e robustecida pela Palavra de Deus e pelo ensinamento da Igreja desde as suas origens, nos diz que a terra é dom de Deus, dom que Ele faz a todos os seres humanos, homens e mulheres, que Ele quer reunidos em uma só família e relacionados uns com os outros em espírito fraterno (*Gaudium et Spes*, 24). Não é lícito, portanto, porque não é segundo o desígnio de Deus, gerir este dom de modo tal que os seus benefícios aproveitem só a alguns poucos, ficando os outros, a imensa maioria, excluídos. Mais grave ainda o desequilíbrio, e mais gritante a injustiça a ele inerente, quando esta imensa maioria se vê condenada por isso mesmo a uma situação de

carência, de pobreza e de marginalização.

O próprio direito de propriedade, em si mesmo legítimo, deve, numa visão cristã do mundo, cumprir a sua função e observar a sua finalidade social (*Aos índios mexicanos em Cuilapán, México, 29 de Janeiro de 1979*). Assim, no uso dos bens possuídos, a destinação geral que Deus lhes deu e as exigências do bem comum prevalecem sobre vantagens, comodidades e, por vezes, mesmo necessidades não primárias de origem privada. Isto é verdade também – como tive oportunidade já de dizê-lo – quando se fala do mundo rural e do cultivo da terra, pois a terra foi posta por Deus à disposição do homem. No primeiro capítulo do *Gênesis* (texto que acabamos de escutar) Deus diz: “Tomai posse da terra... eu vos dou as plantas... e as árvores que trazem sementes... Isto será vosso alimento”(Gn 1, 29). A terra é do homem porque ao homem Deus a confiou e, por seu trabalho ele a domina (cf. Gn 1, 28). Não é pois admissível que no desenvolvimento geral de uma sociedade, fiquem excluídos do verdadeiro progresso digno do homem precisamente os homens e as mulheres que vivem em zona rural, aqueles que estão prontos a tornar a terra produtiva graças ao trabalho de suas mãos, e que têm necessidade da terra para alimentar a família.

Há quinze anos atrás, o Concílio Vaticano II – a Igreja tomando consciência de si mesma e do mundo – proclamava, referindo-se exatamente à questão que nos interessa: “Em muitas regiões, dadas as peculiares dificuldades no setor agrícola... importa ajudar os que se dedicam à agricultura, para que não fiquem reduzidos à condição de cidadãos de segunda ordem” (*Gaudium et Spes*, 66). E não é impensável que se vejam reduzidos a condições ainda bem menos nobres.

Não basta efetivamente dispor de terra em abundância, como sucede aqui no vosso querido Brasil, quer-se uma legislação justa em matéria agrária, para se poder dizer que temos uma sociedade a corresponder à vontade de Deus, quanto à terra e às exigências da dignidade da pessoa humana, de todas as pessoas humanas que a habitam. É preciso que a legislação seja atuada eficazmente e sirva o bem de todos os homens e não apenas interesses de minorias ou individuais.

Também aqui à abundância de terras e a uma legislação adequada há de juntar-se mais do que boa vontade, uma sincera conversão do homem ao homem na sua plenitude transcendente. O homem do campo, identifica-se com o seu trabalho e com o chão, do qual faz brotar o sustento de tantos também nas grandes cidades. Aí lança raízes profundas, que marcam indelevelmente o seu ser.

Arrancá-lo do seu torrão, empurrando-o para um êxodo do incerto, em direção das grandes metrópoles, ou não assegurar os seus direitos à legítima posse da terra, é desrespeitar seus direitos de homem e de filho de Deus. É introduzir um perigoso desequilíbrio na sociedade. Além do mais, o integral desenvolvimento acertado e humano saberá sempre garantir em igualdade de condições, tanto o crescimento técnico e industrial de uma Nação, como uma atenção prioritária

às questões agrícolas tão indispensáveis em nossos dias no quadro de uma sociedade independente, harmoniosa e justa. Neste aspecto, limito-me a chamar a atenção para as diretrizes dadas pelo meu predecessor João XXIII, na encíclica “*Mater et Magistra*”: para onde vais?: fiz esta pergunta nas várias etapas de minha viagem apostólica pelo Brasil. Quero repeti-la também aqui, para vocês e com vocês, para todos aqueles que detêm uma parcela de responsabilidade pelo mundo rural e pelo bem comum; para onde vais?

Que a resposta seja uma atitude corajosa, firme, inspirada pelos lídimos valores cristãos em defesa pela promoção dos direitos do homem, do homem do campo, também ele partner na vida e construção de uma sociedade cada dia mais justa e por isso mesmo mais humana.

No pensamento da Igreja, considerar que a organização social está a serviço do homem e não ao contrário, é um princípio fundamental. Este princípio vale para todos e sempre. Vale principalmente para aqueles que são mandatados pela sociedade para garantir o bem de todos. As iniciativas que eles tomam, no tocante ao setor agrícola, devem ser iniciativas em favor do homem, seja no plano legislativo, seja no domínio judiciário, seja ainda no plano da salvaguarda dos direitos dos cidadãos. Uma situação na qual a população, também a da zona rural, vê que sua dignidade humana é desrespeitada, leva à ruína, pois deixa o campo aberto a outras iniciativas, inspiradas estas pelo ódio e pela violência.

5. Os trabalhadores da terra, como os trabalhadores de qualquer outro ramo da produção, são e devem permanecer sempre, aos próprios olhos e aos olhos dos outros, no plano dos conceitos e na ordem prática, antes de tudo pessoas humanas: devem ter possibilidades de realizar as virtualidades contidas em seu ser, as possibilidades de “ser mais” homem, e, ao mesmo tempo, ser tratado de acordo com a sua dignidade humana. Sendo “o trabalho para o homem, e não o homem para o trabalho”, é exigência fundamental e plenamente respeitosa da sua dignidade, que ele possa tirar do mesmo trabalho os meios necessários e suficientes para fazer frente, com decência, às próprias responsabilidades familiares e sociais.

Jamais o homem é mero “instrumento” de produção.

Assim no seio de uma mesma comunidade política bem ordenada, justiça e humanidade não se coadunam nem se conciliam “com um certo abuso da liberdade por parte de alguns, abuso ligado precisamente a um modo de comportar-se consumístico, não controlado pela ética, enquanto isso limita simultaneamente a liberdade dos outros, isto é daqueles que sofrem notórias carências e se vêem empurrados para condições de ulterior miséria e indigência” (cf. *Redemptor Hominis*, 16), numa versão gigantesca da parábola bíblica do rico e do pobre Lázaro (cf. *Lc* 16,19-31).

Nesta parábola, Cristo não condena o rico porque é rico, ou porque veste luxuosamente. Ele condena fortemente o rico que não leva em consideração a situação de penúria do pobre Lázaro, que deseja tão somente alimentar-se das migalhas que caem da mesa do festim. Cristo não

condena a simples posse de bens materiais. Mas as suas palavras mais duras dirigem-se para aqueles que usam sua riqueza de maneira egoísta, sem se preocupar com o próximo, a quem falta o necessário.

Com estas palavras, Cristo coloca-se do lado da dignidade humana, do lado daqueles cuja dignidade não é respeitada, do lado dos pobres. “Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos céus”(Mt 5,3). Sim, bem-aventurados os pobres, os pobres de bens materiais que conservam, no entanto, sua dignidade de homem. Bem-aventurados os pobres, aqueles que, por causa de Cristo, têm uma especial sensibilidade por seu irmão ou sua irmã que padece necessidade; por seu próximo que é vítima de injustiças; por seu vizinho que sofre tantas privações, inclusive a fome, a falta de emprego ou a impossibilidade de educar dignamente seus filhos.

Bem-aventurados os pobres, os que sabem se desapegar de suas posses e de seu poder, para colocá-los a serviço dos necessitados, para se comprometer na busca de uma ordem social justa, para promover as mudanças de atitudes necessárias a fim de que os marginalizados possam encontrar lugar à mesa da família humana.

No que diz respeito aos bens de primeira necessidade – alimento, vestuário, habitação, assistência médico-social, instrução de base, formação profissional, transporte, informação, possibilidades de se distrair, vida religiosa – impõe-se que não haja estratos sociais privilegiados. Que entre os ambientes urbanos e ambientes rurais não se verifiquem desigualdades clamorosas, e quando estas se criam, haja uma pronta aplicação dos meios adequados para que sejam eliminadas ou reduzidas até onde for possível. Nisto todos e cada um hão de sentir-se comprometidos: pessoas, grupos sociais e poderes públicos a todos os níveis.

6. Aos trabalhadores da terra, como aos demais trabalhadores, não podem ser negados por nenhum pretexto, o direito de participação e comunhão, com senso de responsabilidade, na vida das empresas e nas organizações destinadas a definir e salvaguardar os seus interesses e mesmo na árdua e perigosa caminhada rumo à indispensável transformação das estruturas da vida econômica, sempre em favor do homem.

Uma tal presença ativa dos trabalhadores nestes diversos níveis em sociedade, a que os liga a sua atividade, pressupõe sempre uma economia ao serviço do homem, com toda a verdade do seu ser pessoal. Assim, para superar contrastes que surgem cada vez que se confunde liberdade com instinto do interesse individual e coletivo, ou com instinto de luta e de domínio, quaisquer que sejam as cores ideológicas que os polarizem, para que tal participação dos trabalhadores seja eficaz e construtiva, impõe-se uma prévia conversão das mentes, das vontades e dos corações: a conversão ao homem, à verdade do homem. Conhecer e aceitar a verdade é a condição básica da liberdade: “Conhecereis a verdade e a verdade vos tornará livres” (Jo 8,32).

7. Na linguagem bíblica o pensamento de Deus a respeito da relação homem-terra se exprime nestes termos: “Tomou o Senhor Deus o homem e o pôs no jardim do Éden, para cultivá-lo e guardá-lo” (*Gn 2,15*). Noutra passagem se lê que ao primeiro casal humano disse: “... Povoai a terra, submetei-a e dominai” sobre a criação (cf. *Gn 1,28*).

Ora, “dominar” e “cultivar” a terra deveria ser o princípio sempre observado por todos os homens na administração deste dom de Deus; o princípio que dita a linha de ação absolutamente obrigatória para todos aqueles que são responsáveis e interessados na questão da terra: pessoas investidas de públicos poderes, técnicos, empresários e trabalhadores.

Sucedo, no entanto, que “o homem parece não dar-se conta muitas vezes de outros significados do seu ambiente natural, fora daqueles que servem para os fins de um uso ou consumo imediatos.

Quando, ao contrário, era vontade do Criador que o homem comunicasse com a natureza como "senhor" e "guarda" inteligente e nobre, e não como "desfrutador" e "destrutor" sem respeito algum”(*Redemptor Hominis*, 15).

Perante os recursos imensos e belezas maravilhosas desta grande Nação, nasce espontaneamente o grito da alma: cultivai e guardai o vosso querido Brasil! Aproveitai e dominai esses recursos, fazei que eles rendam mais em favor do homem, do homem de hoje e de amanhã. Aqui, quanto ao uso do dom de Deus que é a terra, deve-se pensar muito nas gerações futuras, deve-se pagar um tributo de austeridade, para não debilitar, reduzir ou, pior ainda, tornar insuportáveis as condições de vida das futuras gerações. Exigem-no a justiça e a humanidade!

8. Uma última palavra, especialmente para aqueles que, quando trabalham, têm a felicidade de caminhar à luz de Cristo. O trabalho é fator de produção, fonte de bens econômicos, meio de ganhar a vida, etc. Mas ele deve ser concebido e vivido também como dever, como amor, como fonte de honra e como oração.

Isto é válido para todos os trabalhadores, naturalmente, mas de um modo especial para vocês, trabalhadores da terra. Vocês são chamados a prestar um serviço aos homens-irmãos, em contato com a natureza, colaborando diretamente com Deus, Criador e Pai, para que este nosso planeta – a Terra – seja cada vez mais conforme aos seus desígnios, o ambiente desejado para todas as formas de vida: a vida das plantas, a vida dos animais e a vida, sobretudo, dos homens. Vejam, “ao Senhor pertence a terra e quanto ela contém, o universo e quantos o habitam” (*Sl 23, 1*). Façamos tudo o que estiver ao nosso alcance, como “seus guardas inteligentes e nobres”, para que sempre, servindo ao homem, “toda a terra adore a Deus, O celebre e cante o Seu nome” (*Sl 65, 4*).

Falei a vocês com o coração aberto, consciente de que a Igreja, fiel ao seu Senhor, sabe que

deve abrir-se às realidades humanas, interpretá-las à luz do Evangelho e impregnar, com a mesma Boa Nova, essas realidades, procurando levar os homens a modificar – quando for o caso – os critérios de julgar, os valores preferidos, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida, que se apresentam em contraste com os desígnios de Deus (cf. *Evangelii Nuntiandi*, 19).

9. É sabido que neste País se estão estudando e pondo em prática iniciativas de vasto alcance para o setor agrícola. Queira Deus que um humanismo cristão as ilumine sempre: um verdadeiro senso do homem. Este homem é cada um de vocês e cada um dos que vocês aqui representam, com a sua dignidade de pessoa e de filho de Deus. Impõem-se presteza e profundidade para enfrentar uma situação sobre a qual o silêncio de vocês fala com muita eloquência. Não deixem que se rebaixe nunca a dignidade moral e religiosa de vocês com a aceitação de sentimentos como o ódio ou o desejo de violência. Amem a paz! Levantem os olhos para o seu Pai e Senhor de todos: é Ele que a cada um dará a recompensa do que é e faz.

Por vocês e com vocês, queridos irmãos camponeses, em seu nome e em nome de Deus eu peço aos outros nossos irmãos: que se procure a colaboração e a concórdia; que todos os responsáveis e interessados pelo bem de cada homem – poderes públicos a nível nacional, estadual e local, grupos, organizações e todos os homens de boa vontade, com a específica contribuição da Igreja no desempenho da própria missão – busquem e apliquem as medidas reais, adequadas e eficazes, para satisfazer os direitos do homem do campo, para ajudá-lo. Nisto quem tem mais, mais se deve sentir obrigado a cooperar.

Somos a família dos filhos de Deus. Como irmão quero dizer-lhes, amados camponeses do Brasil, que vocês valem muito. Conservem as suas riquezas humanas e religiosas: o amor da família, o sentido da amizade e da lealdade, a solidariedade com os mais necessitados entre vocês, o respeito pelas leis e por tudo o que é legítimo na convivência civil, o amor à boa harmonia e à paz, a confiança em Deus e a abertura para o sobrenatural, a devoção a Nossa Senhora, etc. Por Ela, por Nossa Senhora, aqui diante de sua Veneranda imagem que se apresenta sob o título para vós tão querido – Nossa Senhora do Carmo – peço a Deus que a todos assista, conforte e ajude.

Amém.